



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6381 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT26 - Educação do Campo

OS PROGRAMAS EDUCACIONAIS DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR) NAS ESCOLAS DO CAMPO NO TERRITÓRIO SERTÃO PRODUTIVO-BAHIA: ENTRE AVANÇOS E DESAFIOS

Jamile de Souza Soares - UESB - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

Arlete Ramos dos Santos - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

OS PROGRAMAS EDUCACIONAIS DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR) NAS ESCOLAS DO CAMPO NO TERRITÓRIO SERTÃO PRODUTIVO-BAHIA: ENTRE AVANÇOS E DESAFIOS

PALAVRAS CHAVE: Plano de Ações Articuladas (PAR); Território Sertão Produtivo; Escolas do campo.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo se constitui como um recorte de um projeto de pesquisa em andamento, cujo objetivo geral é analisar os avanços e desafios dos programas educacionais do Plano de Ações Articuladas (PAR) nas escolas do campo nos municípios do Território Sertão Produtivo- Bahia, no período de 2011 a 2018. Para tal, pretende-se buscar, a partir da pesquisa bibliográfica, compreender o papel do PAR nas escolas do campo, posteriormente, identificar, através dos dados dos ciclos do PAR, quais os avanços e retrocessos causados por seus programas nas escolas do campo dos municípios que compõe o território Sertão Produtivo, e por fim, verificar, nestes municípios a efetivação dos programas, relacionados à formação de professores, transporte escolar, estrutura física dos prédios escolares, material didático e currículo da Educação do Campo.

Nesse cenário, como método condutor da pesquisa, adotamos o Materialismo Histórico Dialético, em que a investigação tem que, segundo Marx (1989, p. 5): “apoderar-se dos pormenores do modo de produção capitalista e de suas correspondentes relações de produção e de circulação”, demonstrando a necessidade do aprofundamento e da compreensão dos antagonismos presentes no modelo de sociedade vigente, para analisar a realidade e suas inferências/contradições.

Outrossim, esse trabalho se constitui como parte de um projeto de pesquisa mais amplo,

desenvolvido pelo grupo de pesquisa Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo da Cidade (GPEMDECC), intitulado “Políticas Educacionais do Plano de Ações Articuladas (PAR) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em municípios da Bahia: desafios e perspectivas”, aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), com o CAEE nº 20028619.8.0000.0055, parecer nº 3.589.766. Além da pesquisa fazer parte de um projeto maior, uma das pesquisadoras é bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o que auxilia no desenvolvimento do plano de trabalho.

2 O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR) E O CONTEXTO DA PESQUISA

O Plano de Ações Articuladas (PAR) se insere no contexto de mudanças na nova ordem mundial, iniciada a partir da década de 1990, onde o modelo de administração pública se baseava nas empresas privadas, nos moldes mercadológicos. As reformas neoliberais, produzem uma administração pública, agora eficiente e produtiva, que no âmbito educacional se organiza e distribui responsabilidades nas esferas: federal, estadual e municipal, dando autonomia, ao mesmo tempo que o Estado se isenta de responsabilidades.

Em 2007 o governo lança o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, fundamentado no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, é lançado junto a outros programas, na mesma época, dentro das ações do PDE. O plano traz em seu artigo 8º que “§ 5º O apoio da União dar-se-á, quando couber, mediante a elaboração de um Plano de Ações Articuladas - PAR, na forma da Seção II” (BRASI, 2007). Logo, para participar do plano e receber as ações de assistência técnica e financeira, os municípios teriam de elaborar seus respectivos PAR.

O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação se consolida na agenda das políticas públicas brasileiras, revelando a influência do setor empresarial na definição de orientações e de medidas concretas para a educação (FREITAS, 2014). Visto que, o movimento Todos Pela Educação (TPE) foi criado em 2005, por um grupo de líderes empresariais, bem como organizações nacionais e internacionais, a saber alguns de seus mantenedores e parceiros: Fundação Educar DPASCHOAL, Fundação Bradesco, Fundação Itaú Social, Fundação Telefônica, Instituto UNIBANCO, dentre outros.

Nesse cenário, de influência empresarial na educação, o PAR, em seu texto, constitui como uma estratégia para o planejamento plurianual das políticas de educação, em que os entes subnacionais elaboram plano de trabalho a fim de desenvolver ações que contribuam para a ampliação da oferta, permanência e melhoria das condições escolares e, conseqüentemente, para o aprimoramento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de suas redes públicas de ensino. Todavia, o PAR acaba sendo uma forma de controle e responsabilização dos municípios, como salientam Santos e Cardoso (2017, p.2)

Como forma de controle e responsabilização das políticas públicas educacionais nos municípios, o Governo Federal criou o PAR, Decreto nº 6.094/2007, por meio do qual os prefeitos municipais brasileiros assinam um termo de adesão às políticas educacionais propostas pelo Ministério de Educação, gerenciado por meio do monitoramento online no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle - SIMEC. Esse procedimento faz parte de um processo de descentralização que vem ocorrendo desde a década de 1990, quando os municípios sofreram significativas alterações no que se refere às suas atribuições[...].

Os municípios ao assinarem um termo de adesão acabam sendo monitorados por um sistema nacional, ocorrendo a descentralização da gestão, responsabilização dos municípios e o Estado como mero regulador no processo. No que se refere aos indicadores definidos a partir do diagnóstico e planejamento local, consolidados anualmente, para quatro dimensões, são: 1. Gestão educacional; 2. Formação de professores, dos profissionais de serviço e apoio escolar; 3. Práticas pedagógicas e de avaliação; 4. Infraestrutura física e recursos pedagógicos, como demonstrado no quadro abaixo.

Figura 1: Dimensões e Áreas do PAR.

Dimensão 1- Gestão Educacional (5 áreas e 28 indicadores)
Área 1 - Gestão Democrática: Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino (7 indicadores);
Área 2 – Gestão de pessoas (9 indicadores);
Área 3 – Conhecimento e utilização de informação (6 indicadores);
Área 4 – Gestão de finanças (3 indicadores);
Área 5 – Comunicação e interação com a sociedade (3 indicadores).
Dimensão 2 - Formação de Professores e de Profissionais de Serviço e Apoio Escolar (5 áreas e 17 indicadores)
Área 1 - Formação inicial de professores da Educação Básica (4 indicadores);
Área 2 – Formação continuada de professores da Educação Básica (4 indicadores);
Área 3 – Formação de professores da Educação Básica para atuação em educação especial/ atendimento educacional especializado, escolas do campo, em comunidades quilombolas ou escolas indígenas (4 indicadores);
Área 4 – Formação de professores da Educação Básica para cumprimento das Leis 9.795/99, 10.639/03, 11.525/07 e 11.645/08 (1 indicador);
Área 5 – Formação de profissionais da Educação e outros representantes da comunidade escolar (4 indicadores).
Dimensão 3 – Práticas Pedagógicas e Avaliação (3 áreas e 15 indicadores)
Área 1 - Organização da rede de ensino (7 indicadores);
Área 2 – Organização das práticas pedagógicas (6 indicadores);
Área 3 – Avaliação da aprendizagem dos alunos e tempo para assistência individual/coletiva aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem (2 indicadores).
Dimensão 4 - Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos (4 áreas e 22 indicadores)
Área 1 - Instalações físicas da secretaria municipal de educação (2 indicadores);
Área 2 – Condições da rede física escolar existente (12 indicadores);
Área 3 – Uso de tecnologias (4 indicadores);
Área 4 – Recursos pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais (4 indicadores).

Fonte: Elaborado pelas autoras com base no Manual “Orientações para elaboração do Plano de Ações Articuladas dos Municípios (2014)” (2020).

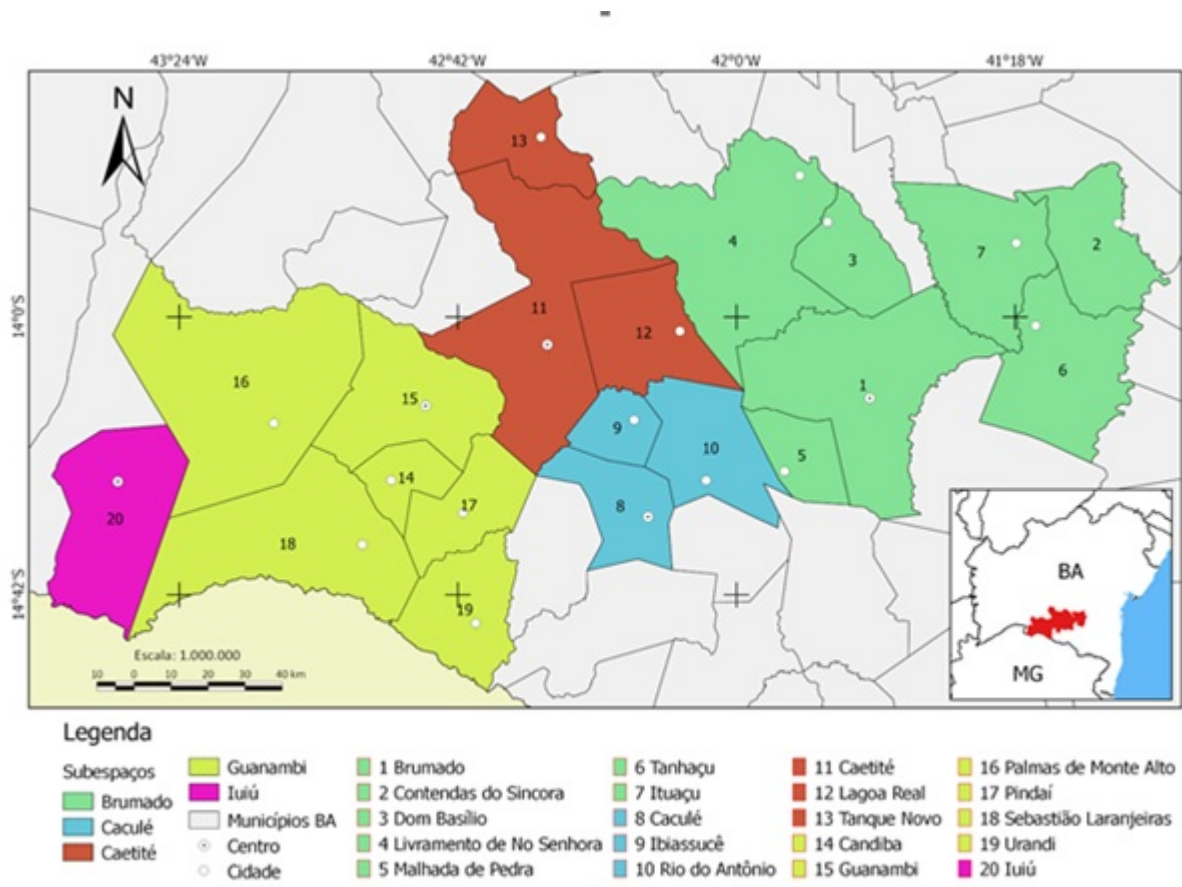
Outrossim, o PAR atualmente é dividido em três ciclos, compreendendo o primeiro 2007-2010, segundo 2011-2014, e terceiro 2016-2019. No site [1] do Ministério da Educação (MEC) é possível encontrar os dados dos ciclos do PAR, bem como as pontuações que cada município vem alcançando nas quatro dimensões do programa, além disso, quais programas/projetos e recursos foram destinados a cada município nas escolas do campo e da cidade. Destacando que nesse estudo, serão analisadas tão somente as escolas do campo.

Portanto, o PAR além de apontar um diagnóstico de suas dimensões em cada município, dispõe sobre os recursos destinados para implementação de programas/projetos nas escolas. Por isso, esse estudo tem como objetivo analisar os avanços e desafios dos programas que compõem o PAR, especificamente nas escolas do campo, nos municípios que compõem o território Sertão Produtivo, além da tentativa de compreender como este se insere no contexto das políticas públicas nacionais e no modelo de sociedade capitalista.

No que se refere ao *lôcus* da pesquisa, o estado da Bahia é composto por 27 Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade de cada região. Nesse cenário, dentro da divisão territorial da Bahia, se insere o Território de Identidade Sertão Produtivo, espaço da

pesquisa, que é composto por 20 municípios, a saber: Brumado, Caculé, Caetité, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu, Tanque Novo, Urandi. Como evidenciado na figura que segue.

Figura 2: Mapa do território de identidade Sertão Produtivo.



Fonte: PTDSS[2](2016).

Além disso, o território é dividido em subespaços, cinco no total, sendo eles destacados a partir dos maiores centros urbanos e econômicos do espaço, a saber, subespaços: Brumado, Caculé, Caetité, Guanambi e Iuiu. Cada subespaço é construído por diversos municípios e contém características sociais e culturais próprias. Nesse sentido, devido ao grande número de municípios, essa pesquisa se propõe a analisar a efetivação dos programas do PAR em uma cidade de cada subespaço, ou seja, cinco municípios.

No que se refere as escolas no campo e a quantidade de matrículas, no território na última década houve uma diminuição acelerada dos números de estabelecimentos de ensino no campo. A problemática não se configura somente nas cidades do território, é um retrocesso a nível nacional, indo contra as conquistas desses povos. Sobre esses apontamentos é possível analisar a figura 3.

Figura 3: Quantidade de escolas no Campo, entre 2010-2018, no Brasil, Bahia, território Sertão Produtivo e municípios que compõem o território.

	QUANTIDADE DE ESCOLAS NO CAMPO								
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Brasil	79.341	76.229	74.160	70.816	67.541	64.702	63.009	60.708	57.609
Bahia	12.870	12.355	11.987	11.340	10.615	10.036	9.746	9.280	8.637
Território Sertão Produtivo	574	542	522	413	348	307	301	279	244
Brumado	10	11	11	11	11	11	11	10	11
Caculé	9	9	9	9	9	8	8	8	8
Caetité	32	32	32	31	32	23	23	23	23
Candiba	6	5	5	2	2	1	1	1	1
Contendas do Sincorá	11	11	11	9	9	9	9	8	7
Dom Basílio	30	27	27	28	25	24	23	21	11
Guanambi	2	2	2	3	3	3	3	3	3
Ibiassucê	17	7	7	7	7	7	7	7	6
Ituaçu	77	78	78	33	12	11	10	13	12
Iuiú	17	17	16	14	13	13	13	11	11
Lagoa Real	34	33	33	26	17	17	17	16	16
Livramento de Nossa Senhora	79	77	74	72	68	68	55	38	27
Malhada de Pedras	11	11	11	5	5	5	5	5	5
Palmas de Monte Alto	54	41	41	32	30	29	29	30	24
Pindaí	14	14	13	12	11	11	11	11	11
Rio do Antônio	17	17	14	15	6	6	6	6	6
Sebastião Laranjeiras	23	22	23	23	21	21	21	21	21
Tanhaçu	70	69	67	25	22	21	21	18	17
Tanque Novo	46	44	34	33	33	28	16	17	12
Urandi	15	15	14	12	12	12	12	12	12

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados do QEdu (2020).

Desse modo, é visível o retrocesso nos últimos anos, no que se refere ao fechamento das escolas no campo, que é característica de um cenário não somente dos municípios ou do estado, mas a âmbito nacional. No estado da Bahia, entre os anos de 2010 e 2018, foram fechadas cerca de 4.223 escolas situadas na zona rural. Por isso, é evidente a necessária efetivação de políticas públicas que garantam o acesso das populações camponeses a escola em sua comunidade, e de programas que fortaleçam este espaço.

No que tange ao fechamento das escolas no campo, existe a Lei nº 12.960, sancionada em 27 de março de 2014, que passou a vigorar acrescido ao parágrafo único alterando a Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394/96) que dificulta o fechamento destas escolas, instituindo que se deve ouvir a comunidade e realizar uma avaliação e diagnóstico dos impactos do fechamento da instituição. Porém, como demonstrado no gráfico, a partir de 2014, ano em que foi publicada a lei, o fechamento das escolas persiste, se constituindo além de um retrocesso, negação de direito conquistado em lei.

Assim, com o objetivo de analisar os avanços e desafios dos programas educacionais do PAR nas escolas do campo nos municípios do Território Sertão Produtivo, no período de 2010 a 2019, o espaço investigado, mais especificamente, serão as escolas no campo que compõe o território, as poucas que ainda resistem. Além disso, com o intuito de ir mais a

fundo no objeto de pesquisa, e buscando verificar, nos municípios do território Sertão Produtivo, a efetivação dos programas do PAR, será escolhido um município por subespaço. Para tal, é preciso analisar a quantidade de escolas nos municípios que compõe o subespaço, como demonstra o quadro a seguir.

Figura 4: Quantidade de escolas no campo por subespaço do território Sertão produtivo, em 2018.

SUBESPAÇOS/MUNICÍPIOS	ESCOLAS NO CAMPO (2018)
Brumado	11
Contendas do Sincorá	7
Dom Basílio	11
Livramento de Nossa Senhora	27
Malhada de Pedra	5
Tanhaçu	17
Ituaçu	12
Caculé	8
Ibiassucê	6
Rio do Antônio	6
Caetité	23
Lagoa Real	16
Tanque Novo	12
Guanambi	3
Candiba	1
Palmas de Monte Alto	24
Pindaí	11
Sebastião Laranjeiras	21
Urandi	12
Iuiú	11

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados do QEdU (2020).

Os cinco subespaços que compõe o território Sertão Produtivo são: Brumado, Caculé, Caetité, Guanambi e Iuiú. Dentro de cada subespaço existem vários municípios, porém Iuiú compreende a única cidade de seu subespaço. Referente a quantidade de escolas no campo, critério para escolha dos municípios no subespaço para realização de entrevistas com os secretários de educação e professores, as cidades que tem mais escolas, como apontado no quadro, são: no subespaço 1 - Livramento de Nossa Senhora; subespaço 2 – Caculé; subespaço 3 – Caetité; Subespaço 4 - Palmas de Monte Alto; e no último, Iuiú, por ser o único do subespaço.

Outrossim, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com secretários de educação e professores no sentido de verificar a efetivação dos programas do PAR nas escolas do campo. As entrevistas semiestruturadas foram escolhidas como uma das ferramentas para coleta de dados, pois as entrevistas “possibilitam ter um contato com a realidade vivida pelos atores sociais.” (GIL, 2008, p.56). Devido a maior quantidade de escolas no campo e acredita-se que, nesse sentido, existiria maior número de programas do PAR. Assim, os sujeitos da pesquisa serão os secretários de educação (1) e professores de escolas no campo (2) de cinco municípios do território, a saber: Livramento de Nossa Senhora, Caculé, Caetité, Palmas de

3 CONCLUSÃO

O presente texto se constituiu como um recorte de um projeto de pesquisa em andamento, cujo objetivo geral é analisar os avanços e desafios dos programas educacionais do PAR nas escolas do campo nos municípios do Território Sertão Produtivo- Bahia, no período de 2011 a 2018. A pesquisa terá como método condutor o Materialismo Histórico Dialético, e para coleta de dados serão realizadas, no primeiro momento, a pesquisa bibliográfica, buscando compreender o papel do PAR nas escolas do campo. Posteriormente, o levantamento dos dados dos ciclos do PAR, buscando identificar quais os avanços e retrocessos causados pelos programas do PAR nas escolas do campo dos municípios que compõe o território Sertão Produtivo. Por fim, a realização de entrevistas com secretários de educação e professores no sentido de verificar a efetivação dos programas do PAR.

Nesse contexto, esse estudo apresentou no primeiro momento a introdução contendo os objetos, metodologia e justificativas da pesquisa em andamento. Posteriormente, uma breve contextualização da gênese do PAR, bem como o *locus* da pesquisa e os sujeitos. Ademias, foram identificadas a quantidade de escolas, entre 2010-2018, no campo do território em estudo, buscando compreender em qual realidade se insere o PAR. Através da análise da quantidade de escolas, foi possível selecionar os municípios que serão pesquisados com mais profundidade, sendo eles: Livramento de Nossa Senhora, Caculé, Caetité, Palmas de Monte Alto e Iuiú.

Em suma, a pesquisa se encontra em desenvolvimento e pretende analisar os avanços e desafios dos programas educacionais do PAR nas escolas do campo nos municípios do Território Sertão Produtivo, no período de 2011 a 2018. Caminhando alinhado ao método de pesquisa, Materialismo Histórico Dialético, e alicerçada nos conceitos éticos e no comprometimento das pesquisadoras, pretende-se analisar uma realidade carregada de interesses e contradições, por isso, a necessidade do rigor metodológico. Nesse sentido, a pesquisa será de grande relevância, pois a partir da análise da realidade é possível pensar ações para, se necessário, modifica-la, além de evidenciar avanços e desafios.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **DECRETO Nº 6.094, DE 24 DE ABRIL DE 2007.** Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm>. Acesso em: 20/06/2020.

BRASIL. **Lei nº9394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: . 25/08/2019. Acesso em: 12/06/2020.

BRASIL. **Lei nº 12.960, de 27 de março de 2014.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. Disponível em: . Acesso em: 12/05/2020.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Os Reformadores Empresariais da Educação e a Disputa pelo Controle do Processo Pedagógico da Escola.** Campinas: Educação e Sociedade, v. 35, nº 129, p. 1085-1114, outubro – dez, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas,

2008. 6ª edição.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Direitos para a língua portuguesa adquiridos pela Editora Paz e Terra S. A. Rio de Janeiro, 1969.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1. Volume I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

PTDSS. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL E SOLIDARIO DO TERRITÓRIO SERTÃO PRODUTIVO**. 2020. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/PUBLICACOES_TERRITORIAIS/Planos-Territoriais-de-Desenvolvimento-Sustentavel-PTDS/2018/PTDSS_2016_Sertao_Produtivo.pdf>. Acesso em: 12/06/2020.

QEd. **Matrículas e Infraestrutura**. 2020. Disponível em: . Acesso em: 10/06/2020.

SANTOS, Arlete Ramos dos; CARDOSO, Elisângela Andrade Moreira. AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DO PAR PARA A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DO CAMPO EM VITÓRIA DA CONQUISTA/BA. **Revista Práxis**. RPR | a. 14 | v. 1 | p. 127-145 | jan./jun. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraxis/article/view/1171/1877>>. Acesso em: 13/06/2020.

SIMEC. **PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS RELATÓRIO PÚBLICO**. 2020. Disponível em: <<http://simec.mec.gov.br/cte/relatoriopublico/principal.php>>. Acesso em: 13/05/2020.

[1] <http://simec.mec.gov.br/cte/relatoriopublico/principal.php>

[2] http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/PUBLICACOES_TERRITORIAIS/Planos-Territoriais-de-Desenvolvimento-Sustentavel-PTDS/2018/PTDSS_2016_Sertao_Produtivo.pdf